

**ATA DA 4ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 17/08/2023

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

BENEDITO ALVES DE SOUZA (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

SUELY LEVY BENTUBO FONSECA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

CRISTÓVÃO AVELINO NERY (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

DIMITRI AUAD (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CLARISVALDO RÊGO MONTEIRO FILHO (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JULIANA MATIAS DE OLIVEIRA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MANOEL OTAVIANO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Representantes dos Portadores de Patologias

NADIR FRANCISCO DO AMARAL (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
CARLOS MIGUEL DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
WALTER MASTELARO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
THAÍS MENDES SOUZA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

Representantes da Pessoa com Deficiência

EDUARDO VICTOR FERREIRA FARIA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
MARIA IMACULADA HENRIQUE CÂNDIDO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Representantes dos Sindicatos Patronais

EDUARDO BUENO DA FONSECA PERILLO (TITULAR)

Representante das Centrais Sindicais

ALEX RICARDO FONSECA (SUPLENTE)

Representantes dos Trabalhadores em Saúde

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
IVONILDES FERREIRA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
FLÁVIA ANUNCIÇÃO DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
IVONILDES FERREIRA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

Representante dos Conselhos Regionais Função FIM

ROSEMEIRE SENA LOPES (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARGARETH ANDERAO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ELAINE DIAS VASCONCELOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

Representante dos Conselhos Função Meio

Representante da Associação dos Profissionais Liberais

ALEXANDRE DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representante da Universidade Pública

IVALDO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Representante do Prestador Lucrativo

REINALDO JOSÉ TOCCI (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

Representante do Prestador Filantrópico

ELZA DE SANTANA BRAGA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO

Representantes do Poder Público:

MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CÁSSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOSÉ IVAN FERREIRA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
KELLY CRISTINA LOPES LUNA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Ausentes

ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
MARIA GORETE FERREIRA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
JOCILÉIA NÉIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VICTÓRIA MATOS DAS CHGAS SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AMANDA CONEGUNDES MUCCI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
EDINALVA EDITE DE SOUSA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VERA HELENA ALVES SANTANA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FREDERICO SOARES DE LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
OLGA LUISA LEON DE QUIROGA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO (SUPLENTE) REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
FERNANDO HENRIQUE VIEIRA SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO MEIO
JOSÉ APARECIDO MAION (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
IRAMIR BASTOS GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS
FERNANDO MUSSA ABUJAMRA AITH (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
PAULO ROBERTO MARVULLE (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CARLOS ALBERTO PEREIRA GOULART (TITULAR) – REPRESENTANTE PRESTADOR LUCRATIVO
MÁRIO SANTORO JR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE PRESTADOR FILANTRÓPICO
MARIA DAS DORES LIMA SOARES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III - Justificativas:

JOSÉ GONZAGA DA CRUZ (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARILDA SILVA DE SOUSA TORMENTA (TITULAR) - REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCOS ANTÔNIO CAMPOY (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:
DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICO

DIGITAÇÃO:

SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE GESTÃO
DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICO

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Informa a Pauta: - Hospital Vila Santa Catarina e Hospital da Brasilândia

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Inicia a reunião após verificação de quórum. Cumprimenta a todos. Pactua 16h30 para o término da reunião. Declara que estão com problemas em dois hospitais, um na região sul e outro na Norte. Solicita à conselheira Flávia que encaminhe o que foi decidido.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: É a conselheira proponente da pauta e colocaram o Hospital Vila Santa Catarina que já é uma discussão que vêm fazendo no CMS. Os conselheiros Walter e Laudiceia já estão acompanhando de perto essa pauta. Sua proposta é começar por ela. Quanto à questão do Hospital da Brasilândia é a convidada Ana Firmino, ex conselheira que está acompanhando o caso que vai se pronunciar.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Houve reunião sobre o Hospital em maio.

Dra. Flávia Terzian, da Área de Atenção Hospitalar: - Informa que recebeu documentos via SEI há 2 dias.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Considera a primeira coisa importante a saber é se houve retorno das questões que foram enviadas à SMS e à área técnica, quando tiveram uma reunião sobre o hospital no mês de maio. Quer saber se houve retorno desse documento enviado. Considera importante deixar registrado isso, que o CMS em maio fez uma reunião com a participação da área técnica e foram levantadas várias questões. O CMS estava debruçado às conferências, mas deve ficar registrado que não houve respostas. Vê como extrema má fé a atuação da secretaria, que não trouxe em três meses as respostas aos questionamentos feitos. Vai levantar de novo as perguntas e não sabe se a área técnica vai saber responder. Já existe uma efetivação de fechamento de serviços. Isso é o que estão discutindo aqui. N é contra o atendimento de Oncologia no município, sabem da enorme demanda, da enorme fila de espera que existe no atendimento de Oncologia. Comumente se diz que a pessoa recebe o diagnóstico e só consegue começar o tratamento meses depois. É realmente uma questão importantíssima, só que estão discutindo a forma como essa requalificação está acontecendo. Uma perda da qualidade do serviço de Obstetrícia incomparável no município. Nos serviços que estão supostamente acolhendo as vagas, a qualidade do atendimento que havia naquele equipamento a SMS não consegue comprovar. E, ao mesmo tempo, não há ampliação de leitos de Oncologia no equipamento que está sendo requalificado porque o atendimento de Oncologia é caro. E quando pediram, em maio, o número de vagas, tiveram número menor ainda de vagas de Oncologia no equipamento. Então, é dessa situação que o CMS sai. Fica bem desconfortável, sabendo que questões do CMS foram ignoradas e toda a listagem de documentos e questionamentos feitos foram ignorados. Pode repetir todas as questões que foram enviadas à área técnica e ao gabinete, porque algumas delas estão além da área técnica, mas pede que isso fique registrado em ata. A SMS não conseguiu comprovar para onde foi esse atendimento de qualidade em Obstetrícia.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: A Dra. Flávia esteve presente em reunião antes de maio e se comprometeu ao não fechamento do equipamento, a conversar com o CMS antes da mudança de serviço no hospital. E estão o dia 17 de agosto nesse impasse. O equipamento fechou, uma população toda está sendo penalizada e surpreendentemente ouviu que os documentos chegaram somente ontem à área técnica. Então, pergunta onde está o trabalho que o CMS fez durante todos esses meses. Estão com essa pauta para ser discutida, acompanharam de perto toda a problemática que foi registrada lá no território. Por que isso?

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Questão de Ordem – Pondera que a área técnica está presente, o Dr. Ivan também. A área técnica tem o domínio sobre todo o processo. Considera que o fato de terem esse percalço da documentação não pode ser um impeditivo, que podem recuperar. Há representantes do território na reunião, a Dra. Marilande está presente e é secretária executiva da área hospitalar, com domínio de todo o processo. Acha que dá para fazerem os questionamentos aqui. Precisam recuperar o que ficou para trás. Dá conta de se fazer diálogo. Dá par superar e recuperar.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Lamenta muito, mas vai repetir as questões que foram enviadas. Solicitaram a apresentação de todos os contratos assinados entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a OSS que faz a gestão do equipamento, bem como todos os seus termos aditivos, porque existe uma questão contratual sobre esses serviços. Solicitaram a listagem completa dos equipamentos que receberão e estão recebendo as pessoas gestantes do serviço de Obstetrícia fechado. Solicitaram a listagem do número de leitos fechados no equipamento e número de leitos disponíveis em cada equipamento, bem como a sua taxa de ocupação do último ano, porque há uma argumentação da Prefeitura de que não há perda dos serviços. E o CMS questiona isso, por isso querem esses dados, que foram comentados na reunião anterior. Pediram a apresentação dos pareceres técnicos que orientaram ou ampararam o fechamento do serviço de Obstetrícia no equipamento, bem como os termos ou pareceres que orientaram a transferência dos leitos para os serviços de maternidade que receberam esses leitos. Uma das questões apresentadas foi que não houve ampliação dos leitos na região. Havia leitos vagos que foram utilizados. Então, querem ver os documentos técnicos que estão amparando isso. Querem uma apresentação técnica dos equipamentos que receberão os leitos de maternidade, uma vez que o serviço fechado era considerado referência para gestações de risco e há dúvida se os serviços referenciados terão a mesma qualidade. Lembra também da questão da distância. Fala de nascimento de bebês que ficavam em UTI e as pessoas iam para perto deles. Agora, passam horas até chegarem nos novos equipamentos que estarão com essas crianças. Outra questão é sobre o CNES do serviço, porque o CNES utilizado pertencia a outra OSS, e quando fizeram questionamento sobre o processo histórico dessa habilitação, a área técnica não soube responder. Então, pediram a apresentação de todo o histórico do CNES do serviço de Oncologia. Quando ele foi solicitado, quando houve deferimento, se esse CNES era utilizado por um outro equipamento antes, qual foi a data dessa transferência, já que fazia parte do CNES de uma outra OSS anteriormente. Querem saber se o equipamento que cedeu o CNES recebia financiamento público e se continua recebendo após a transferência e o que aconteceu com esse financiamento nesse meio tempo. A Beneficência Portuguesa supostamente estava com o CNES que está sendo utilizado no equipamento agora, com o serviço de Oncologia. Tiveram a apresentação do número de 10.068 pacientes de Oncologia e atualmente no equipamento querem saber quantos desses pacientes ingressaram no serviço em 2023, quantos ingressaram em 2022, quantos foram encaminhados pelo antigo sistema CROSS. Se é possível estimar o tempo de espera desses pacientes até o encaminhamento ao serviço. Querem entender se esse encaminhamento misto está vindo do SIGA e do CROSS, o que está acontecendo com o financiamento, já que o município está assumindo completamente o financiamento desse atendimento de Oncologia. Uma coisa que já foi discutida é que ninguém quer impedir o atendimento de Oncologia no município, mas é um tratamento caro. O município tem limite orçamentário. Há muitas questões a serem atendidas quando se fala em saúde no município. No mínimo é esperado que o estado colabore com o financiamento desse serviço no equipamento. Essas eram as questões que foram encaminhadas à área técnica depois da reunião ocorrida no mês de maio.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Fala sobre a reunião ocorrida em, que maio foi a pedido dos conselheiros do equipamento. Estavam presentes ela, Walter, Alessandra, Gimenes, Adriana Pereira. Vale a pena ouvir o território que está representado aqui. Encaminharam documentos, cartas e estão pedindo apoio nesta questão. Sobre o equipamento, lá atrás, falaram que não iria ser fechado, mas fechou. Precisam dos dados desses equipamentos que agora vão executar esse serviço, no atendimento dessas mães. O Amparo Maternal e Hospital João XXIII vão acompanhar esses partos de alto risco agora na região Sudeste.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: O Conselheiro Walter relatou caso decorrente da reunião de COFIN e Políticas Públicas. Foi demanda de território. Fizeram uma série de questionamentos e até hoje não houve resposta. Esse é um problema sério que precisam analisar com muita firmeza. Por que as áreas técnicas não respondem as demandas do CMS. Considera isso um problema sério, que o Pleno deve avaliar com muita firmeza. Acha que a área técnica pode se posicionar novamente, sem problema algum, e quer saber como vai se posicionar agora, já que na reunião anterior tinha dito que não iria fechar o hospital e ele foi fechado. Quer saber também sobre essa questão de usar certificação de um outro equipamento, como trabalhar com isso, como fica o financiamento com o atendimento de alta complexidade, que normalmente é feito pelo estado e não pelo município. Quer saber a motivação disso. Deixar de atender a população que tem carência de hospitais que atendam gravidez de risco no MSP. Querem respostas objetivas e concretas sobre os questionamentos.

Dr. Ivan: - Vai pedir à AGP para monitorar essa demanda. É questão de fluxo. Isso não pode acontecer.

Dra. Marilande: - A discussão está sendo feita há pelo menos 3 anos. Implantar na Cidade e São Paulo seria para dar conta da demanda crescente de oncologia em São Paulo. Bruno Covas pediu para implantar esse serviço.

Foi pedido ao Secretário para montar esse serviço.

Primeiro tiraram leitos e clínico médico para transformarem esses leitos em leitos de Oncologia. Conta com 200 leitos e durante a pandemia teve ampliação de leitos de UTI. Foi doação da AMBEV na época essa ampliação.

O hospital confirma essa reforma para colocação do pet scan. No ano passado só faltava fazer virada.

Todas as maternidades foram reformadas.

Todos os serviços têm UTI neonatal.

Fizeram reunião com o Conselho Gestor do Hospital, com o CMS.

Com a CRS está sendo discutido desde o ano passado.

Inauguração da maternidade do Hospital Parelheiros. Começaram a discutir isso com a CRS Sul e Sudeste.

Acertou a grade do Pedreira, Grajaú, Campo Limpo.

O Santa Catarina não tinha tanta necessidade de ter aquele número de leitos.

O pré-natal de leito de risco é feito pela Atenção Básica.

Começaram devagar a fazer o referenciamento a partir do pré-natal.

Pauta foi para Amparo Maternal.

- Hospital Ignácio Proença de Gouvêa;

- Hospital de Pedreira.

Têm discutido mensalmente com o MP.

Lamenta que não tenha sido discutido exatamente com o Conselho Gestor da unidade e STS.

A gestante tem carimbo para qual o Hospital deve ir. Mas pode ser atendido em outro.

A maternidade continuou com porta aberta por conta da rapidez necessária.

Acordo com os hospitais estaduais e referenciados.

Deixa planilha de 2022 e 2023.

Cita Portaria do MS que faz cálculo para maternidade. É uma média histórica, 10 partos por leito. Parto normal fica menos tempo, cesária fica mais.

Fala da capacidade instalada dos hospitais.

75 a 76% dos partos na cidade de São Paulo são feitos pela Prefeitura.

O Amparo Maternal tem 67 leitos cadastrados no CNES. Média de 400 partos. Folga de 200 partos por mês. Não havia necessidade de ampliação de leitos.

Fala do Pedreira – Em janeiro/2023 – de 38 leitos – fez média abaixo da oferta.

Dados do DATASUS – AIH page.

Trabalha com dados atrasados de 2 a 3 meses de análises.

Usam isso quando irão discutir ampliação de leitos.

Há proposta de abrir nova maternidade no Hospital Brasilândia.

O Leonor Mendes de Barros faz 50% de sua capacidade.

Há monitoramento dos bebês, ----- novas.

Monitoramento encefálico dos leitos.

Acompanhamento por neurologista.

Todas estas capacitadas por alto risco.

Cirurgia intrauterina na Cachoeirinha.

Pré-natal está sendo bem feito.

Cirurgia para especialidade – 12 foram feitas.

Há banco de leitos. Carro vai na casa buscar leite materno, pasteurizado ou da própria mãe do bebê.

- Cachoeirinha é a que mais faz parte na cidade.

- Amparo Maternal.

- Alípio Corrêa Neto.

Campo Limpo é referência para outros.

Deixa documentação que está dentro do processo citado.

Há qualidade de regulação de leitos.

Discutiram referência de urgência/emergência e de maternidade. É fechado na CRVE após discussão na CRS, STS.

O Pedreira fica a 4 km do Gilson e o Amparo a 7 km do Gilson.

Com relação ao cadastramento do CNES.

A BP tinha contrato para fazer Onco/Neuro com 5 vagas por mês.

Há 4/5 anos ele disse que não ----- mais fazer. Pararam, mas o cadastro foi mantido.

Perderam a substituição do BP para poder habilitar o Gilson – Publicado em DOC em 25 de abril.

Isso já foi encaminhado há 2 anos com todas as exigências cumpridas.

Começaram com oncologia abdominal – oncogástrica.

Começou a fazer a parte ginecológica e próstatE. Tudo 100% pagos pelo município. Não há repasse de 1 centavo.

Recebe por onco pneumo. Mas isso vai mudar. Para ter repasse de oncologia para o município.

O pedido inicial foi em 2018.

Parou na época da pandemia.

Tudo tem que passar pelo Estado.

CIR – CIB.

Hoje tem pauta no CIR.

Ninguém demorou de ser atendido.

Hoje o paciente chega mais grava no hospital.
Metástases em pulmão – Hoje o Gilson trata.
Oncologia óssea – desde câncer no pâncreas com metástases no fígado e rins.
Todos que entram só conseguem ter alta após 5 anos. Entram 300 pacientes nossos por mês.
Quando há metástase o tratamento é maior.
Pico do Gilson: 10 mil atendimentos/mês no ambulatório.
Está sendo preparado para fazer pet scan.
Será o 1º municipal.
Vagas estará no SIGA para outros pacientes.
Estiveram ontem no MP com Dra. Dora, Dr. Zamarco para discutir a fila de oncologia.
O MSP está procurando outros serviços.
Hoje pegam GRAAC – não há fila pediátrica.
Outro lugar com convênio é o A. C. Camargo, 11 vagas por mês.
Faz 2 tipos: neuro e olho.
Estado faz cabeça e pescoço, boca, nariz, tireoide.
O Estado faz hematologia –
Parte precisa de transplante que é do Estado.

SIGA E CROSS – Paciente em casa é SIGA.

Paciente em hospital é CROSS.

CRVE usa um pedaço do dia do CROSS

Paciente que vai para o Gilson é do município.

HC, HSPM, Santa Casa e Santa Marcelina – quimio ou radioterapia.

Fazem trabalho de teleconsulta.

O trabalho feito com o estado é pelo CROSS Assistencial.

Os protocolos foram discutidos. Respondem os documentos. Faz controle diário de todos os hospitais.

Em agosto, o Gilson tratou 53 pacientes.

Controle diário por hospital do Município e do Estado. São dados oficiais.

Houve várias conversas com Prefeitos e Secretários.

Nenhuma gestante está sendo prejudicada.

Há patologia em crescente muito grande que é Oncologia. Pessoas em idade produtiva e há lei a ser atendida.

Dr. Zamarco: - Cumprimenta a todos.

Importante deixar claro que a população não está prejudicada com essas mudanças.

O Hospital Gilson De Cássia está sendo referenciado para Oncologia.

O leito de oncologia é específico e muito caro.

O Gilson custa 31 milhões por mês.

Os de maternidade de 16 a 20 milhões.

População não teve perda. Há monitoramento nas modificações.

“Gilson De Cássia Marques De Carvalho”.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: passa às inscrições.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Terça-feira foi manchete na Globo a fila de oncologia. Tema que terão que se debruçar.

Um dos dados apresentados de julho.

Assunto da demanda de câncer não é só do MSP, é do Estado.

Um único hospital não vai dar conta.
Teve reportagem do Fantástico essa questão de parto de alto risco.
Não tem como ampliar para manter esse serviço.
Tem que ser discutido nos conselhos.
Na RAS, veio determinação do MP.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A população também tem voz. É grande descalabro deixar a população do Jaraguá à deriva.
Não se justifica a mudança. Jogo de manobra.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Essas questões da fila de oncologia estão sendo discutidas em todas as regiões.
A região Oeste falou com Dra. Marilande e foram muito bem atendidos. Ele e Maria Bertolina. Precisam dar retorno às bases.
Falta comunicação entre as bases.
Para informar a população. Estão aqui para construir. Há problemas em todos os locais.
Estiveram em duas reuniões na Políticas Públicas e discutiram maternidade no Hospital Mário Degni.
Tem recebido informações, mas precisam ser ampliadas para as STS que transmitam às bases.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Fica ainda com algumas questões. Sobre o documento de maio. Não teve acesso a nenhum documento até o presente. Com a sociedade civil com o controle social, com o CMS a discussão não é de anos.
Considera 4 a 7 km de distância grande.
Não tem certeza que o território tenha leitos suficientes. A população do território diz.
E os profissionais que atuavam neste equipamento? A tecnologia não pode se perder. Ninguém é contra atendimento em Oncologia. Ninguém é contra atendimento em Oncologia. Quer saber o número de leitos em Oncologia desde 2021.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Desde 2018 havia planejamento é só recentemente houve discussão aqui.
Há queixas de discussão mais profundas com o controle social. É ruim contrapor importância de serviços. O pessoal do território reclama de acolhimento em outro local mais distante de Grajaú para Parelheiros, por exemplo.
Fala do paciente da humanização, do controle social do SUS.
As pessoas estão insatisfeitas. As pessoas lutam para ter o serviço que tinham. E não houve discussão com a população. A própria OSS disse lá que se a SMS tivesse dado mais dinheiro tinham ficado.

Dr. Zamarco: - Isso é mentira.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: A população considera que a oferta para maternidade é pior.
Pessoal acha que não foi ouvido, que foi ocultado deles.

Benê: - Passa a palavra à Erick Ovelha –
Refenda algumas falas. Importante explicar alguma coisa. Cobra postura do Secretário.

Mandaram ofício a SMS, Dra. Marilande respondeu. Quer saber se foi feita vistoria técnica na ponta.

Teve cunhada que faleceu na mesa do parto.

Fala d distância entre os hospitais.

Fala do BID.

Convidada Vita: - Se o Amparo Maternal vai atender prontamente e bebê de alto risco. Como está sendo estruturado esse atendimento.

O Saboya também tem ala de atendimento?

Convidado Sr. João: - É liderança do Jabaquara há 35 anos.

Apidou o Saboya.

Na gestão Haddad tinha pacientes nos corredores.

Ganharam 37 leitos no Hospital Vila Santa Catarina.

Na época aprovaram 35 de maternidade.

E fecharam leitos no Saboya.

Hoje vocês tiveram trabalho de 40 anos. Há 820 mães dentro do território – 120 na Vila Mariana para colocar no Amparo Maternal?

Fez várias manifestações e nunca foram ouvidos.

Sugere levar ao MP se o CMS ajudar.

Convidado Hamilton Pontes: - Dra. Marilande fez observação que o assunto foi discutido nos Conselhos desde 3 anos.

Essa discussão não foi feita com a comunidade, que tinha que participar.

Não podem aceitar. Pergunta se é irreversível essa medida?

Estiveram ontem no Hospital Pedreira e o diretor ofereceu 40 partos na maternidade.

Dimitri Auad, Conselheiro Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Conselho é para ser ouvido. Imposição gera essa situação. A participação social está sendo desprezada. Se a coisa tivesse sido conduzida de outra forma, nós não estaríamos discutindo aqui esta pauta. Não dá para ser decisão descentemente. A base precisa ser ouvida. Os conselhos precisam ser reconhecidos na sua legalidade.

Laudicéia: - Fica com a sensação de que a maternidade não é tão importante quanto a oncologia.

A comunidade diz o que precisa. O controle social não está sendo ouvido.

A população não está convencida.

O controle social precisa ser respeitado.

Dr. Zamarco: - É servidor há 37 anos.

Falam para ele que a maternidade não era problema para a região. Têm trabalhado com leitos de cuidado. São 12 milhões de habitantes.

O Jabaquara era hospital com outra modelagem.

O Hospital de Guarapiranga é de retaguarda.

Colonoscopia – tempo de 85 dias. Não é ideal.

Tem 5 pacientes esperando há 900 dias – são obesos.

Há pacientes que quando conseguem crescer o serviço, já é tarde para isso.

Discute muito no MP – faz tudo com transparência.

Fala da cracolândia, onde conseguiram 39 leitos.

Dão fase para todas as mães.

Dra. Marilande;- Mão recebe fase até 2 anos se tiver sequelas.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais: Tem proposta de encaminhamento:

Pegar comissão do território, conselheiros municipais, a documentação e conversar numa pequena comissão.

Ruim é trabalhar com fato dado.

Dr. Zamarco: - A decisão é dos conselheiros do hospital.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais: Vai tirar comissão – trazer proposta com participação do CMS para tentar encontrar solução.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Pede para repactuar por meia hora o término da reunião.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular, representante das Entidades Sindicais

Categoria Saúde: Declara que vai participar da Comissão.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde

Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP:Passa ao tema do Hospital da Brasilândia.

Convidada Ana Firmino: - Desde 05/06 protocolaram documento no CMS sobre o Hospital da Brasilândia.

No ano passado houve demissão sumária de 1.250 trabalhadores.

O MSP arcou perante o MPT o pagamento de todos os trabalhadores que foram demitidos.

Apenas 1 trabalhador recebeu 500 mil reais.

O Hospital fez contato de emergência de 180 dias que estão se findando.

O HSPM também vai ter demissões. Precisam de resposta para que as OSS tragam os contratos de gestão para conhecimento.

Dr. Zamarco: - O Hospital da Brasilândia foi muito importante na Pandemia. O IABAS foi descredenciado pelo MS por isso saiu de lá.

A SMS pagou os funcionários com segurança jurídica.

O MT fez a homologação.

Fizeram nova contratação emergencial e ganhou uma OSS nova.

A 1ª colocada foi desclassificada e ficou a 2ª colocada.

Está na fase final da abertura dos envelopes.

Deveremos ter a OSS definitiva dentro de 15 dias.

Os contratos de gestão são públicos e estão no Portal da Transparência.

Convidada Ana Firmino: - Qual o prazo?

Dr. Zamarco: - 5 anos.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP:

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Queer saber do Secretário por que esse desleixo aos hospitais em regiões periféricas.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Há curvas administrativas. Fala do RH que conhece o local, cria vínculos com os pacientes.

Evitar mudanças bruscas. O usuário reconhece trabalhadores que já trabalham na unidade.

Dr. Zamarco: - Não tinha como fazer isso no caso do Hospital da Brasilândia.

Esse hospital Covid, com 100 fisioterapeutas.

Houve adaptação.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Está prevista a ----- dos trabalhadores que já trabalham no Hospital.

Dr. Zamarco: - Sim.

Ana Firmino: - Os super salários dos servidores, diretores das OSS.

